

DECLARAÇÃO DE VOTO

**SOBRE O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEOCIAÇÃO E GESTÃO DE
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E
FERROVIÁRIO**

O Bloco de Esquerda reafirma a valia que a Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário para aprofundar o conhecimento público relativamente a uma temática com grandes impactos nas contas públicas.

Ao longo das largas dezenas de audições, bem como na análise da documentação recebida, foi possível verificar a desadequação do modelo PPP e as suas consequências nas contas públicas. O Bloco de Esquerda considera que o relatório final da Comissão de Inquérito espelha algumas das conclusões mais importantes. Contudo, a sua abrangência e profundidade fica aquém em matérias relevantes. Por um lado, demonstra um apagamento das responsáveis do atual Secretário de Estado dos Transportes enquanto funcionário da Caixa BI e que esteve envolvido nos “pagamentos contingentes” das subconcessionárias, situação que deveria ter sido exposta no relatório. Por outro lado, apesar de identificar que as PPP foram um mau negócio para o Estado, não retira a consequência necessária relativamente à salvaguarda do interesse público. Na opinião do Bloco de Esquerda, a única forma disso acontecer é com o resgate público das PPP, assumindo o Estado os passivos e os ativos, mas ficando liberto dos pagamentos das rendas abusivas aos privados.

Através da leitura do relatório conclui-se que todas as PPP tiveram problemas. Contudo, divergimos da conclusão apresentada para a Fertagus, onde é indicado que os problemas iniciais foram resolvidos. Ficou claro, nas audições realizadas, que o Estado

passou para os utentes o custo da PPP permitindo à concessionária o aumento das tarifas acima da inflação. Assim, são as pessoas que pagam a renda ao privado através de tarifas elevadas.

Devido ao exposto anteriormente, o Bloco de Esquerda votou pela abstenção na votação do corpo e das conclusões do relatório final, considerando que deveria ter ido mais longe nas suas conclusões e consequências.

Discordamos, profundamente, da ideia que as PPP possam ser reformuladas de forma a serem vantajosas para o Estado. Os problemas que foram identificados demonstram que o prejuízo do interesse público no modelo de contratualização de PPP não é defeito, é feito. Não é possível reformular o modelo para que este seja benéfico para o Estado. Assim, votamos contra as recomendações apresentadas no relatório, não pelo distanciamento a algumas das propostas, mas porque a única recomendação possível e consequente é a de não utilizar novamente o modelo PPP.

Assembleia da República, 09 de julho de 2013.

O Deputado do Bloco de Esquerda

Pedro Filipe Gomes Soares